



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SERVIÇO DE LICITAÇÕES**

**Licitação nº 05/2007**

**(Processo Administrativo nº 252334/2007)**

**1. PREÂMBULO**

1.1 – Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que na sala de aula nº03 da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, localizada na Av. Erasmo Braga, nº 115, 4º andar – Bloco J – Centro – Rio de Janeiro – RJ, será realizada, no **dia 03 de dezembro de 2007**, a licitação nº **05/2007**, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo menor preço, visando à **execução da obra de reforma do auditório Antonio Carlos Amorim**, sob o regime de **empreitada por preço unitário**, para atender a solicitação da SECGE - Secretaria Geral de Ensino da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada Escola, de acordo com o que determinam a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, a Rotina Administrativa DEADM-SELIC nº17, de 23 de março de 2007, e as normas legais e regulamentares estaduais aplicáveis, as cláusulas e condições deste edital.

1.2 - Os documentos de habilitação, bem como a proposta de preço, serão **ENTREGUES** e protocolados no SELIC-Serviço de Licitações da EMERJ, localizado na Av. Erasmo Braga, nº 115, 4º andar – Centro – RJ, em envelopes fechados, distintos, com a identificação externa do seu conteúdo, até às 13h15min da data acima designada, sendo **ABERTOS às 13:30h**, observado o devido processo legal.

1.3 - Integram este edital os seguintes anexos:

I – projeto básico: Caderno de Especificações; Cronograma físico-financeiro; Orçamento Sintético e Analítico; Memorial descritivo; Composição do cálculo do BDI) e projetos básicos de arquitetura e instalações (disponíveis na forma do subitem 12.3.1); Memórias de cálculos de levantamento de quantidades, memórias de cálculos estrutural; Memória de cálculo estrutural desmembrada; Croqui esquemático do barracão da obra e principais cotações (com consulta franqueada conforme descrito no subitem 12.3.2); Memórias de cálculos;

II – formulário padronizado de proposta de preço;

III – modelo de declaração (para atender o subitem 5.1.2 “f”);

IV – modelo de declaração (no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte)

V – minuta de termo de contrato.

**2 - DO OBJETO**

2.1 - O objeto da presente competição é a escolha da proposta mais vantajosa para **execução da obra de reforma do auditório da EMERJ, Antonio Carlos Amorim, localizado na Av. Erasmo Braga, nº 115, 4º andar – Bloco J – Centro – Rio de Janeiro – RJ, no prazo de 60 (sessenta) dias**, conforme especificado no projeto básico (Anexo I).

**3 – DO PREÇO**

3.1 - Estima-se o valor desta licitação em **R\$ 603.416,37 (seiscentos e três mil, quatrocentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos)**.

3.2 - Cada concorrente deverá computar, no preço que cotará, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

3.3 – Os valores indicados no projeto básico correspondem à média dos praticados no mercado e foram apurados para o efeito de estimar-se o valor do objeto em licitação, não vinculando os concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economicidade de sua proposta, atendidos os fatores e critérios de julgamento estabelecidos neste edital.

#### **4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1 - A despesa correrá pelo Código de Despesa 4.4.90.51, Programa de Trabalho 0362.02.061.0199.2107 do Fundo Especial da EMERJ.

#### **5 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

5.1 - Poderá participar do certame pessoa que atenda às exigências deste edital, cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação, inscrita no Registro Cadastral do Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Praça XV de Novembro nº 02, Térreo, Sala T-05 – Centro – Rio de Janeiro RJ.), cujo certificado esteja em vigor, assim como os documentos ali elencados.

5.1.1 – Os interessados não cadastrados poderão participar da licitação, desde que apresentem no Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Praça XV de Novembro nº 02, Térreo, Sala T-05 – Centro – Rio de Janeiro RJ.), documentação que comprove o atendimento ao disposto no art. 27 da Lei federal 8.666/93 (condições para cadastramento), em até o terceiro dia anterior à data definida no subitem 1.1. O Serviço de Registro Cadastral do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro certificará a documentação apresentada, sendo a mesma aprovada pela Comissão Permanente de Licitações do mencionado órgão.

5.1.2 – Todos os licitantes cadastrados deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Certificado de Registro Cadastral – CRC-TJ;

b) balanço patrimonial, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade empresária e demonstrações do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei;

b.1) entenda-se por “na forma da lei” o seguinte:

**quando S.A.**, balanço patrimonial devidamente registrado (art.289, caput e § 5º, da Lei federal nº 6.404/76);

**quando outra forma societária**, balanço acompanhado de cópia dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (art.5º,§ 2º, do Decreto-lei nº 486/69), autenticado pelo registro competente da Junta Comercial (art. 1.150 do Código Civil) ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

b.2) sociedades constituídas há menos de um ano poderão participar do torneio apresentando o balanço de abertura (observada a alínea b.1), assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade;

b.3) as escrituras contábeis deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado no subitem 3.1;

b.4) as sociedades empresárias dispensadas por lei de possuir Livro Diário e que, efetivamente, demonstrem ter exercido essa opção, deverão comprovar possuir capital mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado (subitem 3.1), em substituição às exigências previstas no subitem 5.1.2 “b3”;

b.5) o balanço patrimonial deverá vir acompanhado de demonstrativo, assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, do qual conste:

b.5.1) – Índice de Liquidez Corrente - ILC - em valor igual ou superior a 1,50 (um inteiro e cinco décimos), apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

ILC - Índice de Liquidez Corrente

AC - Ativo Circulante

PC - Passivo Circulante

b.5.2 – Índice de Liquidez Geral - ILG - em valor igual ou superior a 1,50 (um inteiro e cinco décimos), apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde:

ILG - Índice de Liquidez Geral

RLP – Realizável a Longo Prazo

AC - Ativo Circulante

PC - Passivo Circulante

ELP - Exigível a longo prazo

b.5.3 – Índice de Endividamento - IE - em valor menor ou igual a 0,33 (trinta e três décimos), apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$IE = \frac{PC + ELP}{PL}$$

Onde:

IE - Índice de Endividamento

PC - Passivo Circulante

ELP - Exigível a longo prazo

**PL – Patrimônio Líquido**

c) – certidão comprobatória de inscrição e regularidade no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA);

d) da capacitação técnico-operacional:

d.1) atestado(s) firmado(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (C.A.T.), registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), cujas parcelas de maior relevância são as seguintes (conforme o disposto no art. 30,§ 1º, inciso I da lei federal nº 8.666/93):

d.1.1 – Ter construído ou reformado edificação com área mínima de 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

d.1.2 – Ter elaborado projeto executivo de edificação (arquitetura, estrutura e/ou instalações) com área mínima de 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

d.1.3 – Ter executado no mínimo 1.900,00kg (um mil e novecentos quilos) de estrutura metálica, neste caso com comprovação em um único atestado.

d.1.4 – Ter instalado no mínimo 50,00m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de divisória acústica articulada, retrátil ou de correr, neste caso sendo permitida comprovação com até dois(02) atestados.

e) da capacitação técnico-profissional:

e.1) – Comprovante de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, arquiteto(s) ou engenheiro(s) detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnico-profissional, acompanhado(s) da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (C.A.T.), firmado(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com sua(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (C.A.T.), registrada(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), desde que individualmente atendam a cada uma das exigências de maior relevância enumeradas abaixo, demonstrando haver o profissional executado serviços e obras de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às da presente licitação. (conforme o disposto no art. 30, § 1º, Inciso I da Lei federal nº 8.666/93)

e.1.1 – Ter executado obra de construção ou reforma de auditório, teatro, anfiteatro ou cinema.

e.1.2 – Ter executado obra de climatização através de condicionadores de ar com rede de dutos.

e.1.3 – Ter executado instalação de transformador em subestação abrigada (mínimo 300Kva).

f) declaração firmada pelo responsável técnico de que possui condições de disponibilizar para a obra, durante a execução da mesma, sem prejuízo do prazo de execução de qualquer serviço, etapa e da obra como um todo, os equipamentos relacionados, no item II c-6 do Caderno de Especificações – Anexo I, do presente Edital (art.30 § 6º, da Lei federal nº 8.666/93).

g) declaração, expedida pelo DEENG - Departamento de Engenharia-TJ, de que o concorrente, por meio do seu representante técnico (arquiteto ou engenheiro), portando cópia da carteira com registro no CREA, visitou e conheceu o local da execução da obra. A visita deverá ser marcada pelo licitante com o DEENG (Praça Quinze de Novembro nº 02, 4º andar, sala 410, Centro – Rio de Janeiro – RJ, pelos telefones (0XX21) 3133-7299 / 3133-7301.

h) original de garantia do valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor indicado no subitem 7.7.3 deste Edital, a qual poderá ser prestada por qualquer das modalidades previstas na Lei federal nº 8.666/93 (caução em dinheiro ou título eficaz da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária) e que será restituída assim que encerrado o certame;

h.1) no caso de garantia em dinheiro, o depósito será feito em agência do Banco ITAÚ S/A (341) – agência nº 6002 - conta-corrente nº 01607-6 “FUNDO EMERJ”, ou em qualquer outro banco, a escolha do adjudicatário. No envelope de habilitação deverá ser inserida **a via original** da guia, para efeito de comprovação do depósito;

i) declaração do licitante que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz a partir de quatorze anos, nos termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e do inciso V, artigo 27 da Lei federal nº 8.666/93, conforme regulamentado pelo Decreto federal nº 4358, de 05 de setembro de 2002.

5.2 – Será admitida a participação de cooperativa que atenda às exigências dos subitens 5.1.1, 5.1.2, deste edital, no que couber e apresente, no mesmo envelope de habilitação, os seguintes documentos: (a) ata de fundação; (b) estatuto (com ata de assembléia de aprovação); (c) regimento interno (com ata de aprovação); (d) regimento dos fundos (com ata de aprovação); (e) edital de convocação da assembléia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e

conselheiros; (f) registro da presença dos cooperados em assembléias gerais; (g) ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora, (h) relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

5.3 – Na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou de empresa de pequeno porte, se necessário, serão observados os termos do art. 43, §1º e 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

5.4 – O concorrente poderá ser representado no procedimento licitatório pelo representante legal que figura no CRC/TJ, ou por procurador ou preposto, munido de procuração ou carta de credenciamento, apresentada até o início da sessão de abertura dos envelopes, a qual deverá conferir poderes ao procurador ou credenciado para interpor recurso ou desistir de recorrer, tanto na fase de habilitação, quanto na fase classificatória das propostas, bem como de apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora (Lei complementar nº 123/06.) A falta de representante credenciado não impede a participação no torneio, mas o concorrente não poderá exercer, no ato da sessão, os direitos que dependam da manifestação daquele representante.

5.5 – A microempresa ou a empresa de pequeno porte, deverá apresentar, também, declaração de que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/06 (Anexo IV),

5.6 – A procuração ou a carta de credenciamento (subitem 5.4) e a declaração (subitem 5.5) deverão ser entregues fora dos envelopes.

5.7 – Os documentos de habilitação serão acondicionados em envelope fechado, no qual se identifiquem, externamente, o nome **ENVELOPE DE HABILITAÇÃO**, o nome da licitante, o número e a data da licitação.

5.8 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original ou em cópias autenticadas por cartório competente ou conferidas por servidor da EMERJ, que em qualquer das hipóteses ficarão retidos nos autos.

5.9 – A Comissão, poderá consultar os sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, como meio de prova para fins de habilitação.

## **6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

6.1 - Acompanha este edital, formulário padronizado de proposta, (Anexo II), que o licitante preencherá em duas vias e e inserirá no respectivo envelope. Este, fechado, deverá enunciar, externamente, o nome **ENVELOPE-PROPOSTA**, o nome do licitante, o número e a data da licitação.

6.2 – Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:

- a) dados cadastrais ;
- b) assinatura do representante legal;
- c) indicação obrigatória do preço, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;

c.1) O preço proposto pelo licitante para a obra deverá contemplar todos os custos relacionados na planilha de orçamento constante do projeto básico (Anexo I), incluindo-se o BDI, neste caso limitado a 15,09% (quinze vírgula zero nove por cento) e encargos sociais a 119,04% (cento e dezenove vírgula zero quatro por cento);

d) indicação dos números do CNPJ e da inscrição estadual ou municipal, os quais deverão ser os mesmos constantes nos documentos habilitatórios;

e) indicação do número da Conta Corrente no BANCO ITAÚ S/A. e agência, para os licitantes estabelecidos neste Estado, ou no BANCO DO BRASIL S/A., para aqueles localizados em outro ente da Federação, caso o licitante já os possua, ressaltando que, em caso negativo, **se vencedor do certame, providenciará, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação da homologação, a abertura de conta corrente nas condições indispensáveis à emissão de nota de empenho**, em qualquer caso, a conta bancária deverá ter como titular o detentor do CNPJ da proposta comercial;

f) indicação do nome e da qualificação do representante legal investido de poderes para firmar o termo de contrato referido no item 8 deste edital.

6.3 – A Comissão Permanente de Licitações aceitará que a proposta venha lançada em papel timbrado do concorrente, desde que reproduza o conteúdo do formulário do Anexo. II.

6.4 - Quando se tratar de cooperativa a proposta deverá lançar, em separado, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, Inciso IV da Lei Federal nº 8.212 de 24 de julho de 1991, com redação alterada pela Lei Federal nº 9876 de 26 de novembro de 1999, também referido na instrução Normativa INSS nº 4 de 30 de novembro de 1999, subitem 12.4.

## **7 - DO JULGAMENTO**

7.1 – A comissão abrirá, em primeiro lugar, os envelopes relativos à documentação de habilitação. Os membros da Comissão e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitados os licitantes cuja documentação não satisfizer à exigências deste edital. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso, suspendendo-se o certame até o seu julgamento.

7.2 – No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial coincidirá com a data em que o licitante seja declarado vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa. (Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006);

7.3 - Encerrada a fase de habilitação pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia dos licitantes ao direito de recorrer, a Comissão devolverá, fechados, os envelopes de proposta aos licitantes inabilitados, cujos representantes retirar-se-ão da sessão ou nela poderão permanecer como assistentes, sem o direito de postular ou de recorrer nas fases subseqüentes.

7.5 – A Comissão abrirá os envelopes dos licitantes habilitados, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste edital.

7.5 – As propostas serão classificadas pela ordem crescente dos preços ofertados e aceitáveis. Em caso de empate, far-se-á sorteio na mesma sessão de julgamento, nos termos do art. 45 § 2º, da Lei federal nº 8.666/93.

**7.6 – Será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, como critério de desempate, preferência de contratação, desde que as propostas apresentadas**

sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço ofertado, observado o seguinte procedimento:

**7.6.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;**

**7.6.2 – Não ocorrendo a contratação na forma do subitem 7.6.1, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 7.6, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;**

**7.6.3 – No caso de serem idênticos os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.6, será realizado sorteio para que se identifique aquela que em primeiro lugar apresentar melhor oferta;**

**7.6.4 – A não-contratação nos termos previstos no subitem 7.6, enseja a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora;**

**7.6.5 - O disposto no subitem 7.6 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado não tiver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte;**

**7.7 – Será considerada vencedora a proposta que atenda às especificações do objeto e oferte o menor preço.**

**7.7.1 – Serão desclassificadas as propostas que alterem, descaracterizem ou desatendam as especificações do objeto, independentemente do preço que ofertem.**

**7.7.2 – Não serão consideradas, admitidas ou aceitas propostas que ofereçam preços baseados nas ofertas das demais licitantes, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.**

**7.7.3 – Como critério de aceitabilidade de preço adotar-se-á o do preço máximo, que se fixa em **R\$ 603.416,37 (seiscentos e três mil, quatrocentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos)**, desclassificando-se as propostas cujas cotações excedam ou sejam manifestamente inexequíveis (arts. 40, X, e 48, II e parágrafos, da Lei federal nº 8.666/93, com as redações, respectivamente, das Lei Federais nº 9.648/98 e 8.883/94).**

**7.8 – A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 7.2 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 10, sendo facultado à Administração convocar para contratar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar esta licitação.**

## **8 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**8.1 - O prazo para a formalização do contrato é de até 10 (dez) dias úteis, contados da convocação para a assinatura do respectivo termo.**

**8.2 – O adjudicatário receberá, via fax, do SELIC - Serviço de Licitações da EMERJ, após publicação da homologação da licitação no Diário Oficial:**

**a) Cópia da NAD e/ou EMPENHO, devendo confirmar, imediatamente, o seu recebimento;**

**b) Comunicação sobre o dia e hora para comparecer ao Serviço de Licitações da EMERJ a fim de apresentar o documento comprobatório de garantia da execução e firmar o termo de contrato, sob pena de submeter-se às normas dos subitens 8.4 e 8.4.1 do edital. O recebimento da referida comunicação deverá ser confirmado, imediatamente.**

8.2.1 – O adjudicatário informará:

- a) necessariamente, a agência e o número de sua conta-corrente no BANCO ITAÚ S/A ou no BANCO DO BRASIL S/A, em atendimento ao disposto no Decreto estadual nº 16.661/91, no caso de não ter informado por não possuí-la, conforme descrito no subitem 6.2 “e” deste Edital, bem como nome, profissão, estado civil, número da identidade e do CPF do seu representante com poderes expressos para firmar ou receber o instrumento do contrato;
- b) facultativamente, o endereço eletrônico.

8.3 – Antes de firmar o termo ou retirar o instrumento equivalente, o adjudicatário prestará garantia equivalente a 1,5 % (um e meio por cento) sobre o valor do contrato.

8.3.1- A garantia será cumprida, à escolha do adjudicatário, por meio de caução em dinheiro ou em título eficaz da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

8.3.2 – A garantia em dinheiro, poderá ser depositada em agência do Banco Itaú S/A (341) – agência nº 6002 - conta-corrente nº 01607-6 “FUNDO EMERJ”, ou em qualquer outro banco, a escolha do adjudicatário.

8.3.3 – A apólice do seguro-garantia, a caução em dinheiro, o título eficaz da dívida pública ou a carta de fiança bancária deverá ser protocolada no SELIC - Serviço de Licitações da EMERJ e encaminhada à apreciação da Divisão Finanças da EMERJ. (Av. Erasmo Braga nº 115 – Bloco J – 4º andar – Centro – RJ.).

8.4 - O fato de o adjudicatário, convocado a contratar dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não celebrar o contrato, não prestar a garantia, não a prestar no prazo determinado ou prestá-la incorretamente, importará inexecução total do contrato, sujeitando-o à aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, facultado à Administração convocar licitante remanescente, na forma do art. 64, § 2º, do mesmo diploma.

8.4.1 – O fato de o adjudicatário convocado para assinar o termo contratual não assiná-lo, ou não assiná-lo no prazo determinado pela administração, caracterizará falta contratual (art.81 da Lei federal nº 8.666/93), sujeitando-se à aplicação de penalidade de advertência e/ou multa, observado o devido processo legal.

8.5 – A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão ao DGLOG – Divisão de Fiscalização de Obras do Departamento de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, localizada à Praça XV de Novembro nº 02, sala 409, Centro, Rio de Janeiro – RJ, à qual o contratado deverá apresentar-se imediatamente após a formalização ou retirada do instrumento contratual.

8.6 - A Administração poderá obrigar o contratado a, além do que consta no projeto básico (Anexo I), reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, incluindo empregados em serviço, se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou do material empregado.

8.7 – A EMERJ poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, com as consequências indicadas no seu art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste edital.

8.8 - O prazo do contrato é de 60 (sessenta) dias, contados da data indicada no memorando de início emitido pelo Departamento de Engenharia – TJ., prorrogável na forma do art. 57 § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.9 - A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta no Projeto Básico (Anexo I).



8.10 – A EMERJ poderá suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) e acrescentar até 50% (cinquenta por cento) de seu valor inicial atualizado do contrato, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei federal nº. 8.666/93.

8.11 – O contratado poderá subcontratar, sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais, na conformidade do art. 72 da Lei Federal nº 8.666/93, as seguintes partes da obra, serviços ou fornecimentos: **1) Projetos:** a) projetos de dimensionamento de canteiro de obras; b) projeto de estrutura; c) projeto executivo de arquitetura; d) projetos executivos de instalações elétricas, hidro-sanitárias, instalações especiais de telefonia, detecção, combate a incêndio, climatização e demais necessárias a execução de obra, “as built” e manual de utilização e operação da edificação. **2) Serviços:** a) Impermeabilização; b) Instalação de divisórias articuladas; c) Instalação com fornecimento de redes de distribuição de energia, hidro-sanitárias; d) Fornecimento e instalação de sistema de alarme e detecção; e) Instalação de sistema de climatização; f) Fornecimento e instalação de vidros; g) Fornecimento e execução de revestimento. No caso de vir a utilizar a subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar cópias de todas as ART's e respectivas guias, comprovando os recolhimentos aplicáveis a cada caso.

8.12 – O contratado exigirá que os subcontratados preencham os mesmos requisitos de habilitação que lhe são exigidos nos subitens **5.1.1, 5.1.2**, do edital, conforme o caso, o que deverá ser comprovado mediante apresentação da documentação correspondente, ao órgão fiscal, quando exigida.

8.13 – O contratado no caso de vir a utilizar a subcontratação deverá apresentar cópia de todas as ART's e respectivas guias, comprovando os recolhimentos aplicáveis a cada caso.

8.14 - O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

8.15 - O foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

## **9- DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

9.1 – A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos dos arts. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2 – A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art.76 da Lei Federal nº 8.666/93).

## **10- DAS SANÇÕES**

10.1 – Ao contratado total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, a saber:

- a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;
- b) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o serviço (art. 226 da Lei estadual nº 287/79);
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação

perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

10.2 - A penalidade estabelecida na letra “b” do item 10.1 poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais.

10.3 – O valor de multa aplicada será descontado da garantia que houver sido prestada e se for superior ao valor desta, além da sua perda, responderá o contratado pela diferença, que será descontada de eventuais créditos que tenha em face do contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-la judicialmente.

## **11 - DO PAGAMENTO**

11.1 - Os pagamentos devidos ao contratado serão efetuados no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, mediante crédito em conta no BANCO ITAÚ S/A ou no BANCO DO BRASIL S/A (conforme o disposto no subitem 6.2, “e”), à vista de fatura que deverá ser apresentada pelo estabelecimento contratado, o qual deverá ser o mesmo indicado nos documentos de habilitação e na proposta, atestada e visada pelo órgão de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

11.2 - Considerando o disposto no art. 31 da Lei Federal nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei Federal nº 9.711, de 20/11/98, e a Ordem de Serviço nº 209, de 20/05/99, da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do INSS, será obrigação do Contratado emitir Nota Fiscal com a respectiva Guia da Previdência (GPS), até 15 (quinze) dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, com os comprovantes discriminados no termo de contrato.

11.3 - Caso se faça necessária a retificação da fatura por culpa do contratado, o prazo terá sua contagem suspensa até a data da reapresentação da fatura isenta de erros no órgão, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

11.4 – Serão pagos os serviços:

- a) previstos nos projetos originais e/ou modificados com a autorização do órgão fiscal;
- b) executados de acordo com o estabelecido no orçamento, contrato e caderno de especificações, até os valores e quantidades máximas constantes da planilha orçamentária;
- c) faturados de acordo com seus preços unitários, observado o disposto no subitem 11.6.

11.5 – O valor da proposta vencedora (VO) será comparado com o valor do orçamento licitado (VL) constante no projeto básico (anexo I), estabelecendo o fator de variação (FV), conforme a fórmula abaixo discriminada:

$$FV = \frac{VO}{VL} \times 100\%$$

11.6 – Quando das medições, os serviços previstos na planilha serão pagos conforme as quantidades efetivamente executadas e os respectivos preços unitários multiplicados pelo fator de variação (FV) obtido conforme a fórmula descrita no subitem 11.5.

11.7 – Deverão ser efetuadas **medições mensais**, acompanhadas das memórias de cálculo de levantamento das quantidades realizadas, com as dimensões de cada parte ou trecho do item medido, com indicações dos locais de aplicação dos serviços medidos e respectivo relatório fotográfico, atendendo ao procedimento disposto no item III – medições, pagamentos emolumentos do projeto básico (anexo I).

11.8 – As medições serão feitas com base nas unidades e até os valores e quantidades máximas de serviço constantes do orçamento.

11.9 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível ao contratado, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do IPCA *pro rata diem*, acrescentando-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano.

11.10 - Entende-se por atraso o período que exceder ao previsto no subitem 11.1.

11.11 - Ocorrendo antecipação de pagamento, sempre em correspondência à antecipação de execução, o respectivo desconto, seja a requerimento da contratada ou no interesse da Administração, será calculado aplicando-se o índice de 0,1% (um décimo por cento) por dia de antecipação.

11.12 - Ocorrendo atraso na execução por culpa do contratado, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação.

11.13 - O valor do contrato poderá ser recomposto, decorrido 1 (um) ano da data da proposta apresentada pelo contratado, e assim a cada período de um ano contado da data do último reajuste, aplicando-se o INCC/FGV, a requerimento do contratado se caso se verifique-se hipótese legal que autorize reajustamento ou revisão.

11.14 - Como condição para que o pagamento seja efetuado, o contratado deverá apresentar, junto com a fatura, os comprovantes de recolhimentos ao INSS e ao FGTS, relativos à atividade objeto do contrato.

## **12 - DAS INFORMAÇÕES**

12.1 – O SELIC - Serviço de Licitações da EMERJ prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 11h às 17h30 min, na Av. Erasmo Braga nº 115, 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ., pelos telefaxes (21) 3133-3381 ou (21) 3133-1891.

12.2 – O edital está disponível na íntegra no endereço eletrônico [www.emerj.rj.gov.br](http://www.emerj.rj.gov.br)

12.3 - Esclarecimentos de natureza técnica deverão ser requeridos, por escrito ao Pregoeiro da EMERJ, sendo entregues e protocolados no Selic-EMERJ, na Av. Erasmo Braga nº 115 – 4º andar – Centro, nesta cidade, e assim serão respondidos, com cópia para todos os interessados, até 02 (dois) dias úteis da data indicada no subitem 1.1 deste edital.

12.3.1 – Os arquivos das plantas dos projetos em extensão PDF estarão disponíveis no DEENG-Departamento de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, localizado na praça XV de Novembro nº 02, 4º andar, sala 410, Centro, Rio de Janeiro - RJ, mediante fornecimento pelo interessado de “compact disk” (cd) gravável.

12.3.2 – Será franqueada no SELIC-EMERJ, ao licitante interessado, a consulta ao orçamento analítico, memórias de cálculo de levantamento de quantidades, memórias de cálculo estrutural, construção da área externa e instalações, memória de cálculo estrutural desmembrada, croqui esquemático do barracão da obra e principais cotações nos autos do processo licitatório.

## **13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – A Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei federal nº 8666/93.

13.2 - Não serão admitidas a esta licitação pessoas: (a) suspensas do direito de licitar e contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; (b) as declaradas inidôneas, vigente a penalidade, por autoridade Federal, Estadual ou Municipal; (c) sob regime de insolvência, falência, concordata ou recuperação Judicial (Art. 52, Inciso II da Lei Federal nº 11.101/05).

13.3 - As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos referentes a este edital deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitações da EMERJ, sendo entregues e protocolados no SELIC-EMERJ, na Av. Erasmo Braga nº 115 – 4º andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ.

13.4 – Os recursos administrativos serão dirigidos ao Exmº Sr. Desembargador Diretor-Geral da EMERJ., por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, sendo entregues e protocolados no SELIC-EMERJ, na Av. Erasmo Braga nº 115 – 4º andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ, bem como processados e julgados na conformidade do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.4.1 – A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da Licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 64 § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

13.5 - Todas as comunicações referentes a este certame serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte III, Seção I, Poder Judiciário.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007.

---

Gessymar Cordeiro Motta  
Chefe de Serviço de Licitações-EMERJ  
Matr.01/17685

Aprovo o EDITAL.

Dê-se-lhe a divulgação prevista no art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93

-----  
Presidente da Comissão de Licitações – EMERJ  
Matr. \_\_\_\_\_